

**ATA DA 394ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CEPRAM**

No dia 06 de abril de 2018, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, ocorreu a 394ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. À pauta constaram os seguintes itens: **1)** Análise das minutas das atas das 391ª, 392ª e 393ª Reuniões Ordinárias realizadas nos dias 12/05/2017, 28/07/2017 e 29/09/2017; **2)** Apresentação de processo com pedido de vista na 392ª Reunião Ordinária, bem como dos processos apreciados nas 20ª, 21ª e 22ª Reuniões da CT Recursal, realizadas em 07/07/2017, 04/08/2017 e 06/10/2017; **3)** Apreciação do registro da Associação Humana Povo para Povo Brasil no Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – CEEA. **4)** Apresentação do INEMA sobre a situação da aplicação da LAC na Bahia; **5)** Publicações do Projeto Cerrado e do Guia Técnico para Recuperação de Vegetação em Imóveis Rurais; **6)** Informes; **7)** O que ocorrer: - Análise da Resolução CEPRAM nº 4.579 (anexa), de 06 de março de 2018 que alterou *ad referendum* do Colegiado, o Anexo I da Resolução CEPRAM nº 4.327, 31 de outubro de 2013, visando a sua adequação ao disposto no Decreto Estadual nº 18.218 de 26 de janeiro de 2018, bem como no Decreto Estadual nº 16.963 de 17 de agosto de 2018 e no Decreto Estadual nº 17.921 de 04 de setembro de 2017. Análise da Resolução CEPRAM; - Formação do GT de Santo Amaro; - Escolha de representação do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido – Candidatos: Welliton Santos, Leila Oliveira, João Lopes e Lucidalva Rodrigues; - Edital de convocação para o Processo de Eleição do CEPRAM (2018/2020); - calendário 2018. Mariana Mascarenhas (SECEX) iniciou a reunião informando que o Secretário Geraldo Reis não poderá participar da Reunião por estar em atividade no interior do Estado. Lembrou que a última reunião convocada para dezembro não ocorreu por falta de *quórum* e na penúltima os processos administrativos vindos da Câmara Técnica Recursal não foram analisados também por falta de *quórum* no período da tarde quando seriam apreciados pela plenária, ressaltou a importância de que todos os processos da pauta sejam analisados nessa reunião. Houve antecipação dos pontos referentes ao *ad referendum* e à Licença por Adesão e Compromisso - LAC como itens 3 e 4, respectivamente, à pedido do Conselheiro Severino Agra Filho (UFBA). Foram aprovadas as atas das 391ª e 392ª reuniões ordinárias do Conselho e a ata da 393ª reunião não foi apreciada por não ter sido finalizada a tempo de ser enviada aos Conselheiros. Renato reforçou a necessidade de apresentação sobre o desmatamento no extremo sul da Bahia para a próxima reunião. Mariana Mascarenhas apresentou os processos apreciados na Câmara Técnica Recursal para votação sob rito sumário e manifestação de destaque. **Processo: 2009-034043/TEC/AIMU-0782 – QUAIT COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS NAO METALICOS LTDA.** Um Auto de Infração de Multa de R\$ 30.000,00 (trinta

38 mil) no município de Catu por operar sem requerer ao IMA (INEMA) a devida Licença
39 Ambiental. Do pedido requer nulidade da multa ou que seja celebrado Termo de
40 Compromisso com redução de 90% do valor da multa, conselheiro relator Agnaldo Monteiro
41 (FEBASE). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária
42 referendou tal decisão. **Processo: 2010-014753/TEC/AIMU-0576 - SAAE – SERVIÇO**
43 **AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.** Um Auto de Infração de multa no valor de R\$ 5.000,00
44 (cinco mil) em Santa Rita de Cássia por construir e operar sistema de esgotamento sanitário
45 sem a necessária licença ambiental. O requerente solicitou a substituição da multa por
46 serviço de preservação e a relatora foi Lucidalva Nogueira (PRISMA). A Câmara Técnica
47 decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo:**
48 **2008-014965/TEC/AIIN-0108 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE.** Um Auto de
49 Infração de Interdição Temporária por extração de mineral não metálico e disposição de lixo
50 em desacordo com a legislação ambiental em Coribe. O requerente solicitou desconsiderar
51 a pena de interdição temporária e reverter a mesma em prestação de serviços e a relatora
52 foi Lucidalva Nogueira (PRISMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da
53 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2009-006991/TEC/AIIN-0032 -**
54 **CERÂMICA RIO DAS CONTAS LTDA.** Um Auto de Infração de interdição temporária por
55 exploração ilegal de argila em Ipiaú. O requerente solicitou anulação do Auto de Infração de
56 Multa ou Redução com Celebração de Termo de Compromisso e o relator foi Edmundo José
57 Bustani Neto (FECOMERCIO). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e
58 a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2010-001154/TEC/AIAD-0013 - VANDA**
59 **FERRARI MUANDA ALVES.** Um Auto de Infração de Advertência em Amargosa pela
60 retirada de mata ciliar em área de nascente. O requerente solicitou o arquivamento do
61 processo e a relatora foi Mariana Santos Vidal da Cunha (SEMA). A Câmara Técnica decidiu
62 pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2008-**
63 **000581/TEC/AIMU-0040 - RETEC – TECNOLOGIA DE RESÍDUOS LTDA.** Um Auto de
64 Infração de Multa no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil) em Simões Filho pelo não cumprimento
65 de condicionantes. O requerente solicitou a anulação do Auto de Infração de Multa ou
66 Redução ou Celebração de Termo de Compromisso e o relator foi Edmundo José Bustani
67 Neto (FECOMERCIO). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a
68 plenária referendou tal decisão. **Processo: 2008-013728/TEC/AIMU-0936 - ALCY**
69 **PEREIRA DA SILVA.** Um Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil) no
70 município de Gandu pelo corte seletivo de espécies nativas da Mata Atlântica. O requerente
71 solicitou anulação do Auto de Infração de Multa e a relatora foi Mariana Santos Vidal da
72 Cunha (SEMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária
73 referendou tal decisão. **Processo: 2015-003071/TEC/AIMU-0257 - CIA DE**
74 **DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAIBA/CODEVASF.** Um

75 Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta) em
76 Juazeiro pela supressão de vegetação sem autorização. O requerente solicitou anulação do
77 Auto de Infração de Multa ou conversão em advertência ou conversão em serviços ou
78 redução do valor e o relator foi Luiz Vitor Marsala (CEPEDES). A Câmara Técnica decidiu
79 pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2008-**
80 **007632/TEC/AIAD-0415 - RENE MOACYR HAMDAN SIQUARA.** Um Auto de Infração de
81 Advertência em Medeiros Neto pela ausência de documentação comprobatória de
82 Averbação de Reserva Legal. O requerente informou que providenciaria junto ao IMA
83 (INEMA) protocolo para formação de processo de aprovação de localização de reserva legal
84 no prazo estabelecido no auto de infração e a relatora foi Leila Márcia Souza Oliveira
85 (FAEB). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou
86 tal decisão. **Processo: 2008-012436/TEC/AIAD-0726 - CARLOS ALBERTO**
87 **KRUCHEWSKY FILHO.** Um auto de Infração de advertência em Andaraí por operar sem
88 licença ambiental. O requerente solicitou o arquivamento da notificação e o relator foi Sérgio
89 de Almeida Bastos (SINPEC). O processo foi destacado pelos Conselheiros Severino e
90 Carlos Romero (PRISMA) para esclarecimentos. A Câmara Técnica decidiu pela
91 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2009-**
92 **014860/TEC/AIIN-0067 - ANTÔNIO CARLOS HENRIQUE REIS.** Um Auto de Infração de
93 interdição temporária em Jitauna por operar sem licença ambiental. O requerente solicitou o
94 cancelamento do Auto de Infração e penalização do proprietário do local e a relatora Leila
95 Márcia Souza Oliveira (FAEB). O processo foi destacado por Severino para
96 esclarecimentos. A Câmara Técnica decidiu que o auto seja feito em nome do proprietário
97 do empreendimento e, em seguida, que o processo seja arquivado. A plenária referendou a
98 decisão da Câmara Técnica. **Processo: 2010-010497/TEC/AIAD-0124 - EBRAZ**
99 **EXPLORADORA LTDA.** Um Auto de Infração de Advertência em Ipiau para envio de
100 relatório de cumprimento de condicionante da licença e adequação de posto flutuante. O
101 requerente apresentou esclarecimentos e o relator foi Sérgio de Almeida Bastos (SINPEC).
102 A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal
103 decisão. **Processo: 2006-006911/TEC/AIMU-0316 - MJJ EMPREENDIMENTOS**
104 **HOTELEIROS LTDA.** Um Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil) em
105 Camaçari pela implantação de um muro na APP do Rio Jacuípe, causando degradação
106 ambiental. O requerente solicitou a anulação do auto e o relator foi Daniel Barreto (GAMBA).
107 A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal
108 decisão. **Processo: 2011-014971/TEC/AIMU-0349 - ALONSO BENEVOLO.** Um Auto de
109 Infração de Multa no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos) em Seabra pela supressão
110 de vegetação nativa e barramento de rio sem autorização. O requerente solicitou a
111 conversão da multa em advertência e a relatora foi Lucidalva Nogueira (PRISMA). A Câmara

112 Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. O
113 Conselheiro Martin solicitou esclarecimentos quanto ao pagamento dos valores da multa e a
114 conversão em serviços. Márcia explicou que a maioria dos autos de infração de multa não
115 são pagos imediatamente porque muitos são judicializados. Informou que o maior aporte de
116 recursos vindos de autos de infração são aqueles onde há celebração de Termos de
117 Compromissos com o infrator, pois nesses casos é preciso pagar uma porcentagem e o
118 restante para prestação de serviços em prol do meio ambiente. Márcia Telles explicou que,
119 anualmente, é apresentado ao Conselho de Administração do INEMA e ao Tribunal de
120 Contas do Estado – TCE um relatório de execução de atividades e metas e um relatório
121 financeiro que podem ser apresentados ao CEPRAM. Explicou que, por esse relatório, é
122 possível verificar a informação do montante vindo pelo pagamento das multas. Explicou que
123 o recurso vindo dessa forma é todo utilizado em investimento e não em custeio. Daniel
124 solicitou que o levantamento seja de 2016 para 2018. Ruy Argeu (SINDICOM/BA) solicitou,
125 ainda, que seja feito um levantamento com o quantitativo de processos concluídos nessa
126 gestão, quantos foram realmente pagos, quantos viraram Termos de Compromisso, quantos
127 foram judicializados. Isso porque acredita que a maior parte deles acaba sendo judicializado
128 e o trabalho do CEPRAM acaba sendo inócuo nessa questão dos recursos administrativos.
129 Após a deliberação dos processos de recursos, Mariana Mascarenhas passou para análise
130 da Resolução CEPRAM nº 4.327/2018 que alterou *ad referendum* do Colegiado o Anexo I
131 da Resolução CEPRAM nº 4.327, 31 de outubro de 2013, visando a sua adequação ao
132 disposto no Decreto Estadual nº 18.218 de 26 de janeiro de 2018, bem como no Decreto
133 Estadual nº 16.963 de 17 de agosto de 2016, no Decreto Estadual nº 17.921 de 04 de
134 setembro de 2017 e no Decreto Estadual nº 17.936 de 06 de setembro de 2017. Explicou
135 que essa alteração foi apenas para ajustar o anexo da resolução ao já determinado por meio
136 da publicação de decretos entre 2016 e 2018. Informou que a SEMA e o INEMA vem sendo
137 pressionados por muitos municípios para realizarem esse ajuste porque essa situação de
138 descompasso entre a resolução e os decretos vem gerando uma série de conflitos e
139 inseguranças jurídicas. Mariana lembrou que houve reunião da Câmara Técnica de
140 Assuntos Jurídicos, Institucionais e Normativos - CTAJIN em 20 de março de 2018 para
141 análise dessas alterações e para que os representantes dos segmentos encaminhassem o
142 conteúdo ali debatido para os demais membros do segmento. Esclareceu que a matéria não
143 foi enviada para a Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada porque não houve
144 alteração de ordem técnica, apenas ajuste formal. Renato e Daniel Barreto (GAMBA)
145 questionaram a motivação urgente ou inadiável para o *ad referendum* e que alguns
146 membros da sociedade civil não receberam a convocatória da reunião da CTAJIN e que o
147 material para análise dessa matéria não foi enviado em tempo hábil para análise do
148 Conselho conforme determinado pelo Regimento Interno. Mariana Vidal (SEMA) lembrou

149 que esses ajustes, no anexo, não substituem a demanda do Conselho em rever a resolução
150 nº 4.327/2013 de maneira ampla e mais substancial e explicou que essa alteração deverá
151 ocorrer nos próximos meses no âmbito da Câmara Técnica de Gestão Ambiental
152 Compartilhada – CTGAC. Nessa CT deverão ser analisadas as demandas vindas do
153 Ministério Público – MP, dos municípios, das áreas técnicas da SEMA e do INEMA e dos
154 próprios conselheiros. Foram feitos novos questionamentos quanto a motivação do *ad*
155 *referendum* e Mariana Vidal explicou que não houve nenhuma alteração em potencial,
156 classes, tipologias e pontuou cada uma das alterações feitas: 1) No item A2.3.1 foi feito
157 ajuste redacional com a exclusão dos termos “*intensiva*” e “*ou similar*” restando como
158 tipologia *Piscicultura em Viveiros Escavados*. 2) O item A3.1 “*Silvicultura (vinculada a*
159 *processos industriais)*” deixou de ser de impacto local, passando a ser licenciada de modo
160 vinculado a Plano de Suprimento Sustentável – PSS, portanto de competência específica do
161 Estado. 3) em F1.6 Aeroporto foi feita a correção de um erro material, pois estava de “*área*
162 *total construída*” quando o correto seria apenas “*área total*”, afinal não existe aeroporto com
163 tamanha área construída. 4) O item F6.1, único do Grupo F6, também foi excluído porque
164 não deverá mais haver licenciamento de galpões e canteiros de obra separadamente e sim
165 atrelados ao licenciamento do próprio empreendimento. Não sendo passível de
166 licenciamento separadamente nem pelo Estado e nem pelos municípios. Após a
167 apresentação Renato pediu esclarecimentos quanto às motivações para a publicação dos
168 Decretos de 2016 a 2018. Mariana Vidal informou que o Decreto Estadual nº 16.963 de 17
169 de agosto de 2016 não impactou a resolução porque a atividade agrossilvopastoril já não
170 era mesmo de impacto local e foi no que este decreto mexeu, no Decreto Estadual nº 17.921
171 de 04 de setembro de 2017 adaptou ao estabelecido pelo Código Florestal para
172 carcinicultura, correções em sinais que acabaram sendo desconfigurados pela Empresa
173 Gráfica da Bahia - EGBA no momento da publicação e no Decreto Estadual nº 17.936 de 06
174 de setembro de 2017 trata de maneira bem específica da questão da silvicultura que estava
175 vinculado ao processo industrial o que estava gerando muita confusão com os municípios e
176 com o próprio setor, sendo alterada conforme o estabelecido pelo Código Florestal também.
177 O Decreto nº 18.218 de 26 de janeiro de 2018 apenas houve alteração em aeroporto que
178 tirou a expressão “*construída*” e também houve a exclusão de galpões e canteiros de obra
179 como atividades isoladas, passando a ser licenciado conjuntamente com a obra visto que o
180 impacto nesse caso é da obra e não da construção do galpão ou dos canteiros. Por fim, foi
181 acordado que a matéria será encaminhada a CTGAC e haverá reunião extraordinária do
182 Conselho para analisar novamente o *ad referendum*. Também foi acertado que a SECEX
183 enviará a versão com as alterações marcadas. Leticia Nobre (SESAB) mostrou muita
184 preocupação com o fato de produtos com de amianto, fibrocimento e anfibólio (asbesto) que
185 estão banidos do Brasil ainda haver previsão no Decreto de 2018 como passível de

186 licenciamento ambiental. Em seguida, a Diretora de Fiscalização e Monitoramento do
187 INEMA, Lúcia de Fátima, fez uma apresentação sobre os dados de fiscalização das
188 Licenças por Adesão e Compromisso – LAC. Inicialmente fez uma contextualização quanto
189 ao arcabouço legal que prevê o licenciamento por adesão e compromisso. Explicou que
190 fiscalizam as LACs, normalmente, a partir de operações de fiscalização planejadas e são
191 fiscalizadas as 03 (três) tipologias que hoje estão sendo licenciadas através da LAC: **Grupo**
192 **D3: Transporte Rodoviário de Cargas Perigosas** - D3.1. Transportadora de Resíduos
193 e/ou Produtos Perigosos e de Serviços de Saúde; **Grupo E3: Estocagem e Distribuição de**
194 **Produtos** - E3.5. Postos de Venda de Gasolina e Outros Combustíveis; **Grupo E9:**
195 **Telefonia Celular** - E9.1. Estações Rádio-Base de Telefonia Celular (ERB). Mostrou dados
196 sobre as LACs emitidas pelo INEMA entre 2014 e 2017 das quais 63% são de
197 transportadoras, 31% de postos e 6% de ERBs. Informou que entre os 211 (duzentos e
198 onze) empreendimentos fiscalizados *in loco* a maior parte são os postos de combustível pela
199 própria característica da atividade. Desses, 21 (vinte e um) encontram-se em fase final de
200 elaboração do parecer técnico e dos 190 (cento e noventa) processos concluídos 20,5% não
201 apresentaram irregularidades, 45,3% foram notificados para apresentar documentação
202 atualizada, 32,1% apresentaram irregularidades e foram autuados e notificados e 2,1%
203 foram apenas autuados. Houve questionamentos sobre o licenciamento municipal e
204 estadual e Márcia Telles (INEMA) explicou que se o município tiver a competência para
205 realizar esse licenciamento o empreendedor deverá entrar com o processo no órgão
206 municipal e seguirá os procedimentos estabelecidos por esse ente, caso o município se
207 declare não capaz para tal licenciamento o Estado assume e o empreendedor deverá seguir
208 as regras estabelecidas em âmbito estadual. Carlos Romero (PRISMA) demonstrou sua
209 preocupação com relação às transportadoras entre Camaçari e Feira de Santana onde há
210 muitos cursos de rios, inclusive o Jacuípe que abastece Pedra do Cavalo. Severino Agra
211 (UFBA) perguntou as razões para serem emitidas LACs apenas para 03 tipologias se a
212 Resolução CEPRAM nº 4.260/2012 prevê outras tipologias e Márcia explicou que foi uma
213 opção do Governo do Estado iniciar os procedimentos utilizando a LAC por essas tipologias
214 seguindo os requisitos de concessão de licença estabelecidos na legislação, mas que outras
215 poderão ser incorporadas. Márcia explicou que os procedimentos estão na Resolução
216 aprovada pelo CEPRAM nº 4.260/2012 que dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental,
217 sobre os procedimentos e as atividades ou empreendimentos a serem licenciados por meio
218 de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC no Estado da Bahia. Esclareceu
219 que são solicitados diversos formulários, documentos e informações específicas do
220 empreendimento que serão apensados digitalmente pelo empreendedor e verificados pelo
221 INEMA que fará uma avaliação positiva da formação de todos os documentos e informações
222 para que, depois, a LAC seja liberada. Severino argumentou que, apesar do Decreto

223 Estadual nº 14.024/2012 prever em seu Art. 154 que “A Licença Ambiental por Adesão e
224 Compromisso - LAC será concedida eletronicamente para atividades ou empreendimentos
225 em que o licenciamento ambiental seja realizado por declaração de adesão e compromisso
226 do empreendedor aos critérios e pré-condições estabelecidos pelo órgão ambiental
227 licenciador, para empreendimentos ou atividades de baixo e médio potencial poluidor em
228 que: I - se conheçam previamente seus impactos ambientais, ou; II - se conheçam com
229 detalhamento suficiente as características de uma dada região e seja possível estabelecer
230 os requisitos de instalação e funcionamento de atividades ou empreendimentos, sem
231 necessidade de novos estudos.”, isso é, em seu entendimento, competência do CEPRAM.
232 Disse, ainda, que a Resolução foi muito controversa e precisa ser revista porque entra em
233 conflito pelo próprio Decreto porque tem empreendimentos de grande porte que estão no
234 anexo desta Resolução. Acrescentou que os incisos I e II do Art. 154 explicitam pontos que
235 ele não acredita serem possíveis do órgão ambiental licenciador ter conhecimento prévio. É
236 preciso ter critérios específicos para cada tipologia e o CEPRAM precisaria validar. Mariana
237 Mascarenhas lembrou que a resolução foi muito discutida e que não foi apenas
238 procedimental e que o Decreto é um ato do executivo e não é preciso uma anuência do
239 CEPRAM para sua publicação. Solicitou, ainda, que o Conselheiro percebeu equívocos no
240 anexo da Resolução que os envie oficialmente a Secretaria Executiva para que a mesma
241 seja revista o quanto antes. Daniel chamou atenção para o pequeno número de
242 fiscalizações de LACs e que 79,5% delas apresentaram algum tipo de problema, sendo que
243 apenas 2% desse total de empreendimento com alguma desconformidade foram autuados,
244 e perguntou qual a razão para o Estado continuar com esse tipo de licenciamento. Renato
245 Cunha questionou os tipos de irregularidades apresentadas e se isso apresentou impactos
246 ambientais nos locais onde foram identificadas. Márcia explicou que a implementação da
247 LAC foi uma decisão do Estado e que a fiscalização feita com LACs não mostrou um
248 universo diferente do que ocorre com as licenças ordinárias, assim se o argumento é o
249 descumprimento de condicionantes o que deve ser questionado é o instrumento
250 licenciamento ambiental vide o volume de processos de recursos de autos de infração
251 analisados pelo CEPRAM. Ressaltou que, de acordo com seu entendimento, o
252 licenciamento precisa ser respeitado não como um processo cartorial, mas como uma
253 definição de como o empreendimento precisa funcionar e isso de modo geral (em
254 licenciamento trifásico, prévio, de operação, de implantação, unificado e LACs). O problema
255 está no descumprimento do empreendedor do que determina o licenciamento e não no
256 procedimento para liberação da licença. Assim, para se comparar LAC com o procedimento
257 ordinário é preciso se observar os dados de todos os tipos de fiscalização de
258 empreendimentos licenciados. Severino se comprometeu a enviar suas observações quanto
259 a Resolução para que a SECEX envie para a câmara técnica. Cristina Seixas (MPE)

260 perguntou se é possível ter acesso aos relatórios de fiscalização e que requisitará os
261 relatórios de fiscalização das LACs à Márcia Telles que explicou que esses documentos
262 podem ser acessados por atividades, mas que atenderá a requisição feita. Mariana lembrou
263 que se forem necessários novos debates poderão ser solicitados pelo Conselho. Na
264 sequência Mariana contextualizou o pedido de registro da Associação Humana Povo para
265 Povo Brasil no Cadastro Estadual de Entidades Ambientistas – CEEA e pediu que Daniel
266 apresentasse o processo como relator da Comissão do CEEA. Daniel explicou que houve
267 alguns questionamentos por parte dos integrantes da Comissão e que alguns documentos
268 precisaram ser reenviados por estarem vencidos, por fim explicou que a decisão da
269 Comissão foi o de aprovar o registro com a condicionante de atualização de documentos.
270 Apesar disso deixou claro que, apesar de cumprido os requisitos da Resolução CEPRAM nº
271 3.967/2009 que define os critérios para a inclusão de organização no CEEA, a comissão não
272 ficou absolutamente satisfeita com a atuação da organização. Mariana lembrou que é
273 preciso se apontar ao solicitado na Resolução para aprovar ou não e que essa resolução
274 precisa ser revisada. Ruy se declarou desconfortável para decidir porque não teve acesso
275 ao processo, viu apenas trabalhos sociais vinculados a instituição e seu site e não encontrou
276 informações sobre o Cadastro na página eletrônica da SEMA. Acredita que é preciso se
277 rever esse cadastro para não acabar incluindo instituições que não irão contribuir para os
278 trabalhos do Conselho e que essa comissão do Cadastro deveria ter representações de
279 todos os segmentos representados no CEPRAM. Romero também demonstrou preocupação
280 por nunca ter ouvido falar dessa instituição. Daniel esclareceu que foram observados todos
281 os requisitos do solicitado pela normativa e que a Comissão não teve elementos para não
282 concordar com seu registro. Por fim foi colocado em votação e foi decidido por 10 (dez)
283 votos contrários a aprovação, nenhum voto favorável e 07 (sete) abstenções. Mariana
284 lembrou foram indicadas representações para a criação do GT para tratar da questão do
285 chumbo de Santo Amaro na 393ª reunião do CEPRAM, mas não havia *quórum* para deliberar.
286 Dessa maneira a deliberação para formação do GT composto por SEMA, INEMA, SESAB,
287 Renato Cunha (GAMBA) e Miguel Accioly (UFBA) foi feita nessa reunião por 17 (dezessete)
288 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. No ponto seguinte referente
289 a indicação do CEPRAM para o Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, os
290 Conselheiros Welliton Santos (FETAG), Leila Oliveira (Sindicato Rural de Camacan),
291 João Lopes (ASSOCAFÉ) e Lucidalva Rodrigues (PRISMA) demonstraram interesse em
292 participar e, por fim, foi decidido que o Conselho será representado por Carlos Romero
293 (titular) e João Lopes (suplente). Com relação ao Edital Eleitoral do CEPRAM para o biênio
294 2018/2020 foi acertado que ele será aprovado na próxima reunião quando serão feitas as
295 contribuições de todos. Daniel sugeriu que a resolução do CEEA seja feita antes das

296 eleições, mas Mariana explicou que não há tempo hábil para essa alteração para que o
297 processo eleitoral seja concluído. Em seguida, Márcia apresentou as Publicações do Projeto
298 Cerrado e do Guia Técnico para Recuperação de Vegetação em Imóveis Rurais. Explicou
299 que essas publicações estão no escopo de 03 (três) financiamentos que estão
300 sendo concluídos e que contribuíram muito com a gestão de meio ambiente e de
301 recursos hídricos no Estado nos últimos: Projeto Cerrado com o Banco Internacional
302 para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial desde 2015, o
303 Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA com o Banco Interamericano de
304 Desenvolvimento – BID desde 2012 e o Programa com Enfoque Setorial Amplo das
305 Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – SWAP/BA também
306 desde 2012. Explicou que essas publicações foram produzidas pela SEMA e INEMA
307 e, entre elas, estão 02 (duas) publicações que apresentam dados sobre recursos
308 hídricos e de meio ambiente da Região de Planejamento e Gestão de Águas - RPGA
309 da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente e da Bacia do Rio Grande. Estão
310 disponibilizadas informações como mapas, os principais cursos dos rios e seus
311 afluentes, tipos de solo, características da vegetação, barragens e poços,
312 constituição e composição das paisagens, áreas protegidas e prioritárias, unidades
313 de conservação, povos e comunidades tradicionais e delimitações de áreas de
314 relevância ambiental. Para as demais RPGAs foi criado um aplicativo que deverá ser
315 lançado em maio chamado “Atlas Socioambiental” onde poderão ser acessados
316 todos os dados disponíveis na SEMA e INEMA, dessa maneira é possível selecionar
317 um município, uma bacia, um território de identidade e ter acesso a todas as
318 informações ambientais daquele local. A publicação seguinte foi o “Álbum da
319 Sociobiodiversidade” onde foram identificados os principais produtos da
320 Biodiversidade baiana que são manejados por povos e comunidades tradicionais. O
321 álbum da Sociobiodiversidade da Bahia apresenta pequenas cadeias produtivas
322 características do bioma Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica e sua importância para
323 o uso sustentável dos recursos naturais. A publicação apresentada na sequência foi
324 “Como cultivar alimentos plantando florestas – Histórias de pessoas, florestas e
325 roças”. Essa publicação apresenta exemplos de agricultores e agricultoras do bioma
326 cerrado que mudaram sua relação com as formas de produzir, mostrando que é
327 possível cultivar alimentos em colaboração com a natureza. São práticas
328 agroecológicas e sistemas agroflorestais, sem uso de agrotóxicos, com adubação
329 verde, consórcio entre espécies, uso de sementes crioulas e de plantas nativas, em

330 coerência com os ciclos da natureza, foram selecionadas para compor o álbum. A
331 última publicação apresentada foi produzida em parceria com a *The Nature*
332 *Conservancy* – TNC, o “Guia Técnico para a Recuperação de Vegetação em
333 Imóveis Rurais no Estado da Bahia” com o propósito de auxiliar gestores ambientais,
334 técnicos, agricultores, agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e o
335 público envolvido nas ações de recomposição de vegetação e revitalização
336 ambiental. A publicação traz aspectos legais da recomposição de passivos
337 ambientais, etapas de diagnóstico da situação encontrada na propriedade, objetivos
338 da recomposição dos passivos (ecológicos ou com associação produtiva),
339 metodologias e ações para a implantação dos projetos e metodologias de
340 monitoramento e avaliação periódica do sucesso da recomposição destes passivos.
341 Ao finalizar a apresentação foram distribuídas cópias de cada uma dessas
342 publicações para os Conselheiros e convidados presentes. Márcia também
343 valorizou, em sua fala, o empenho de todas as equipes envolvidas nesses trabalhos
344 que vem sendo desenvolvidos há tantos anos e que agora se materializam para a
345 sociedade de modo geral. No que ocorrer Martin trouxe a questão do
346 empreendimento Caracol que a Dra Bárbara Camadeli, Procuradora Chefe da
347 Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Estado – PGE, emitiu uma
348 nota dizendo que a Caracol não conseguiu comprovar documentalmente a posse da
349 terra e em nome da empresa e isso deve ser observado pelo INEMA quanto ao
350 licenciamento por eles solicitados. João Lopes contradisse os argumentos de Martin
351 quanto a perseguição que se está fazendo a este empreendimento dizendo que o
352 problema está em o Estado conseguir fazer a comprovação da cadeia sucessória da
353 posse das terras ao longo dos anos. Solicitou, ainda, que na próxima reunião essa
354 discussão seja incluída na pauta. Sem mais nada a ser debatido Mariana encerrou a
355 reunião.

356
357 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas 

358 **Conselheiros presentes:**

359 Márcia Telles - INEMA 

360 Marcos Gonçalves Almeida – SEINFRA

361 Laís da Cunha Maciel - SDE

362 Stenio Júnior – SEDUR

363 Letícia Nobre – SESAB

- 364 Luis Fernando Galvão – SINDIBRITA
- 365 Sérgio de Almeida Bastos – COFIC
- 366 José Roberto Pedreira Franco – DAC
- 367 Izabella Miranda – SINDPACEL
- 368 Wilson Galvão Andrade - SINDFIBRAS
- 369 Luiz Carlos Café – ACB
- 370 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA
- 371 Alessandra Cotrim Reis - AIBA
- 372 Dhone Dognani – Sindicato dos Produtores rurais de Luís Eduardo Magalhães
- 373 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 374 Roberta Casali Bahia Damis – OAB/BA
- 375 Severino Soares Agra Filho – UFBA
- 376 Ércio da Silva Araújo – Instituto Baleia Jubarte –IBJ
- 377 Martin Mayr - ADES
- 378 Daniel Barreto – GAMBÁ
- 379 Renato Cunha - GAMBÁ
- 380 Carlos Romero Oliveira de Oliveira – Associação Flora Brasil
- 381 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil
- 382 **Convidados:**
- 383 Luis Edmundo Campos – CREA



